
**Feminicídio e Pandemia:
A cobertura das notícias sobre o tema na *Folha de S. Paulo*¹**

Kamila Vitória Amaral SILVA²

Rafaela da Silva PELEGRINO³

Deborah Luísa Vieira dos SANTOS⁴

Universidade de Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG

RESUMO

O artigo investigou como o tema feminicídio foi abordado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Para tal, foram coletadas 32 matérias divulgadas entre 22 de fevereiro de 2020 e 31 de janeiro de 2021. O período de análise foi escolhido considerando o aumento nos índices de feminicídio e violência contra a mulher, no Brasil, durante o distanciamento social, medida de contenção do avanço da pandemia da Covid-19. O estudo parte da Análise de Discurso da Mídia (MARTINS, 2018) para observar as escolhas lexicais do veículo e quais vítimas de feminicídio ganham destaque na cobertura. A partir desta análise, nota-se que, apesar de mulheres negras e periféricas serem mais atingidas, vítimas brancas e de classe social mais elevada são as que ganham espaço no jornal, como também, o termo “feminicídio” não é o mais recorrente nas matérias, sendo comumente substituído por “homicídio” ou “assassinato”.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Feminicídio; Gênero; *Folha de S. Paulo*; Pandemia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo dados publicados pelo Instituto Patrícia Galvão⁵, o termo feminicídio surgiu na década de 1970 para reconhecer e dar visibilidade aos casos de morte violenta de mulheres, resultado da discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemáticas. Com o passar dos anos e devido às lutas feministas, o tema foi ganhando espaço nas discussões da sociedade civil. No Brasil, a Lei do Feminicídio foi aprovada em 9 de março de 2015 e, como cita o documento, além de coibir a impunidade, a lei também busca ressaltar a responsabilidade do Estado em casos de feminicídio, já que

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e-mail: amaralkamila367@gmail.com

³ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e-mail: rafaela.cefet@aluno.ufsj.edu.br

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFSJ, Doutoranda e Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFJF e-mail: deborahveieira@ufsj.edu.br

⁵ Feminicídio. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>> Acesso em 04 jun. 2021.

por ação ou omissão, existe uma convivência do mesmo em relação à morte violenta de mulheres. O instituto esclarece que, no país, o feminicídio consta como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio. Para além das questões de agravo da pena, a tipificação dos casos e crimes se faz importante para atrair o olhar para o fenômeno e compreender sua dimensão e as especificidades vivenciadas pelas mulheres brasileiras, uma forma de também auxiliar na melhoria de políticas públicas para coibi-lo.

Uma das principais críticas feitas aos tradicionais veículos da imprensa brasileira, nos últimos anos, é o seu papel como difusor de pensamentos e conteúdos os quais, de certo modo, ainda legitimam o status quo em sociedade. Chomsky (2015) argumenta que a mídia atua como um partido ideológico da elite, exercendo seu papel social de maneira simbólica, mas, muitas vezes, atrelado ao poder econômico, político e até mesmo coercitivo. Teun van Dijk (2003 *apud* MARTINS, 2010) aponta que o discurso veiculado pela imprensa faz parte dos discursos de elite e investigá-los, portanto, torna-se relevante, à medida que expõe-se os mecanismos pelos quais determinado segmento social ou perspectiva específica se manifestam na linguagem.

Nesse sentido, o estudo tem como objetivo observar a cobertura midiática do tema feminicídio e, para isso, foram coletadas todas as matérias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, entre 22 de fevereiro de 2020 e 31 de janeiro de 2021, as quais abordam o assunto. O período escolhido se inicia pouco antes da necessidade do distanciamento social, ocasionado pela pandemia da Covid-19, marcado também pelo aumento no número de feminicídios na América Latina e no Brasil – aumento de 1,9% no primeiro semestre de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a Agência Pública⁶. Para a análise, foi acionada a Análise de Discurso da Mídia, proposta por Martins (2018), a partir da Análise de Discurso Crítica. A partir da mesma, busca-se observar como o mundo é representado por meio da linguagem nas notícias. Vale ressaltar que o artigo é parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da UFSJ, apresentado em abril de 2021.

A MULHER NA SOCIEDADE: LUTAS E ESTIGMAS

⁶ Feminicídio. Disponível em: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>> Acesso em 04 jun. 2021.

Para compreender a abordagem e representação do feminicídio no jornalismo, bem como, sua relevância social, torna-se importante observar o contexto atual e a forma como é constituída a própria identidade feminina e seus desdobramentos em uma sociedade ainda permeada pela dominação masculina.

Não é possível analisar qualquer aspecto da sociedade atual sem citar as construções sociais dos períodos anteriores, nesse caso em particular, o patriarcado. O conceito de patriarcado se refere a uma forma originária do poder do pai sobre os membros da família e da comunidade (AZEVEDO, 2016). Contudo, Miguel e Biroli (2014) discutem, assim como outros autores, que o termo adequado seria “dominação masculina”, uma vez que as formas de dominação permanecem e se atualizam, mesmo que o conceito de patriarcado e as instituições patriarcais não sejam necessariamente mais as mesmas.

Nesse contexto, o movimento feminista aparece como protagonista ao desvelar as estruturas de dominação e hierarquização com base na divisão entre os gêneros. Garcia (2011) define como uma ação feminista a crítica (individual ou coletiva) às injustiças deixadas pelo patriarcado e a reivindicação dos direitos por uma vida mais justa. Miguel e Biroli (2014) apontam o feminismo como um movimento social e político, capaz de trazer à tona as questões de gênero⁷, enquanto eixo basilar na organização das experiências dos sujeitos no mundo social. Tanto essas diferenças sociais causadas pela desigualdade de gênero, quanto a manutenção do pensamento, em que existe predominância do masculino sobre o feminino, impactam na continuidade de casos de violência contra a mulher e sua expressão mais grave, o feminicídio.

A representação dos gêneros ainda muito se baseia na diferenciação biológica, sendo esse um fator relevante na formação das identidades e nos processos diferenciados de socialização dos indivíduos. Tradicionalmente e ao longo da história, essa distinção foi empregada para reduzir o gênero a um perfil de personalidade, identidade binária, fundamentada nas diferenças e na exclusão (SILVA, 2008). Essa diferenciação simplista também foi apontada pela ativista e filósofa, Simone de Beauvoir (1970), a qual aponta o gênero como construção social, sendo o gênero

⁷ Mesmo não sendo o foco de estudo desta análise é importante abrir um parêntese e ressaltar que apesar dos autores trabalhados apresentarem a questão de “gênero” de forma muito binária – homem e mulher cisgênero. O termo, no entanto, abrange muitas outras classificações. A identidade de gênero, atualmente, pode ser entendida como a percepção que uma pessoa tem de si mesma como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independentemente de seu sexo biológico.

feminino, tido como pejorativo e relacionado ao âmbito privado e às emoções, sendo o masculino seu oposto, relacionado ao ambiente público e à razão. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído.” (SILVA, 2008, p. 18). Hall (2000) afirma que é justamente pelo fato das identidades serem formadas dentro e não fora do discurso que é preciso compreendê-las como produções de locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

Não só a identidade, mas o próprio conceito de estigma, proposto por Goffman (1988), auxiliam na compreensão da forma como a mulher é vista socialmente, uma vez que o feminino é tido, em muitos casos, como um depreciativo social, indesejável e debilitante. É durante o processo de socialização que o sujeito aprende seu estigma particular, suas debilidades, limites e formas de interagir em sociedade. Neste sentido, vale destacar que o próprio processo de socialização, primária e secundária (BERGER; LUCKMANN, 2007), também interfere na formação diferenciada dos gêneros feminino e masculino, como aponta Avelar (1989, p. 44): “a socialização primária estrutura papéis sociais diferenciados por sexo, mas fatores contextuais podem modificar em parte esta estrutura e, no caso da mulher, constituir uma situação de dualidade de papéis”.

Para mais, vale aqui trazer a discussão sobre o conceito de interseccionalidade, uma vez que, para além das diferenciações de gênero, existem outras camadas de opressão que atingem os indivíduos de modos diferentes. O conceito foi proposto pelo movimento feminista negro estadunidense como meio de compreender como os diversos sistemas de opressão atuam. De acordo com bell hooks (2020), não era possível para as mulheres negras se juntarem na luta pelo direito das mulheres, se as mesmas não se reconheciam pelas características de “mulheridade”, como forma identitária. Isso porque as mulheres negras sempre foram tratadas socialmente como “mulas”, tendo de cumprir as mesmas tarefas de outros homens, ou seja, durante o processo de escravização, e seus efeitos ainda sentidos, a mulher negra foi desumanizada e, até, desprovida de gênero. (HOOKS, 2020).

Assim, a interseccionalidade possibilita que as diferentes camadas de dominação e resistência sejam compreendidas, observando diversas variáveis como raça, gênero, classe, entre outros aspectos. Nesse sentido, compreender o feminino, enquanto

identidade e estigmas que carrega, também contribui para se compreender sua representação no jornalismo e averiguar se há rupturas ou reforço na forma como o feminicídio é tratado pela mídia, como também, observar se as mulheres são representadas em suas diversidades, quais delas são visibilizadas e quais são silenciadas.

SOCIEDADE, MÍDIA E JORNALISMO

Com a chegada da Modernidade, o jornalismo exerce papel de ator social, capaz de servir ativamente como parâmetro para as ações dos indivíduos. Isso porque a comunicação passa a ser utilizada como forma de legitimar discursos e dar visibilidade a grupos e atores sociais (RODRIGUES, 1993).

Com a popularização e o surgimento de novos suportes de comunicação (impresso, rádio, TV e, atualmente, internet), um crescente número de indivíduos podem interagir entre si e com o mundo ao seu redor, tendo acesso à informação, em diferentes locais do tempo e espaço. Algo que também interfere na própria formação do sujeito e na construção do *self* (THOMPSON, 2008). Assim, o sujeito, a forma como o mesmo apreende a realidade e constitui-se a si mesmo, sofreu interferência do próprio desenvolvimento tecnológico e social.

As notícias e o próprio fazer jornalístico não se encontram alheios a esse processo, algo também observado nas teorias desenvolvidas para se compreender o campo e o fazer notícia. Traquina (2005) defende que, apesar dos diversos estudos sobre o jornalismo, ainda não é possível indicar, de forma conclusiva, porque as notícias são como são. Assim, é possível perceber a existência de várias teorias sobre o jornalismo. Teorias essas que se interligam e não necessariamente se excluem. Sousa (2002) destaca que as notícias são resultado de um processo de construção, influenciado por fatores pessoais, sociais, históricos, físicos e tecnológicos. Assim, o sentido da notícia depende do momento histórico e do meio sociocultural. Contudo, cabe ressaltar que o sentido final da notícia é atribuído por seu consumidor, por meio do processo de apropriação e assimilação com a própria bagagem e experiências de vida (THOMPSON, 2008; SOUZA, 2002).

E, os indivíduos, por meio do discurso, são capazes de contribuir para a manutenção ou transformação das estruturas sociais em que atuam. Como aponta Blommaert (2005 *apud* VIEIRA; MACEDO, 2018), parte das desigualdades sociais, vivenciadas em qualquer sociedade, são acarretadas também pelas desigualdades

linguísticas. Nesse sentido, revelar os mecanismos que interferem na produção dos discursos e que se manifestam através dos textos, inclusive naqueles veiculados e produzidos pelos *media*, auxiliam no esclarecimento dos próprios indivíduos, vistos como ativos pela ADC, dotando-os da capacidade de percepção de quando estão sendo controlados, o que os tornarão mais resistentes aos processos de dominação (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Martins (2018) aponta que o discurso, portanto, é parte da realidade e se dá de forma dialética com a mesma, algo que também sofre interferência da mídia.

Diante desse quadro, os meios de comunicação de massa, aliados à internet, particularmente às redes sociais, tornaram-se um cenário de disputa de sentidos e de construção de consenso social. Para além da informação e de suas versões, dos dados e de sua interpretação e do entretenimento veiculado pela mídia, imagem e prestígio social são elaborados e reelaborados e têm impacto no processo social. (MARTINS, 2018, p. 162)

Nesse contexto de ascensão e popularização das redes sociais online ganha força o conceito de midiatização (BRAGA, 2012) ou, até mesmo, de hipermidiatização, devido ao caráter global muito em decorrência da internet (CARLÓN, 2016). Este é um conceito em construção e refere-se a um processo contínuo, o qual acompanha a própria atividade humana, o surgimento de novos suportes comunicacionais e sua interferência nos processos sociais. Nesse cenário, a própria mídia se confunde com os processos sociais, passa-se de uma sociedade centrada nos meios, para uma sociedade permeada pela própria mídia, em que o campo comunicacional não pode ser mais observado separado das instituições, dos atores e demais campos sociais (HJARVARD, 2012).

Para Braga (2012), o fenômeno da midiatização afeta a esfera de “legitimidade” dos demais campos e instituições sociais e provoca uma reelaboração dos mesmos continuamente. Um exemplo seria a possibilidade de agentes externos ao campo jornalístico também tornarem-se produtores, críticos e disseminadores de informação. E, devido a essa tensão, os veículos de notícia precisam se reorganizar para reassumir o posto – e o poder – enquanto mediadores da notícia. Como exemplo desse movimento, por parte dos veículos jornalísticos, têm-se uma ocupação dos jornais e demais veículos também nas redes em forma de sites, blogs e redes sociais online, como é o caso do *Jornal Folha de S.Paulo*, parte deste estudo.

Como iniciativa do grupo que engloba o jornal, surge, por decisão de Luiz Frias, o portal de internet UOL, o serviço online pioneiro de grande porte no Brasil. Em 2010, as redações do jornal impresso e do jornal online são unificadas e o *Folha Online* foi reestruturado. Em 2012, o *Folha* torna-se o primeiro jornal do país a adotar o novo modelo de negócios para o jornalismo digital, com acesso limitado às notícias gratuitas⁸. Em pesquisa levantada pelo *Google Analytics*, em abril de 2020, a *Folha* foi o jornal de maior crescimento digital em assinatura e acessos. Só durante a pandemia o jornal registrou um crescimento de 200% em assinaturas digitais⁹.

METODOLOGIA E *CORPUS* DE ANÁLISE

Como parte deste estudo, foi coletado o material referente ao tema, publicado pelo portal do jornal *Folha de S. Paulo*, entre 22 de fevereiro de 2020 e 31 janeiro de 2021, período que também compreende o início da pandemia e a medida de distanciamento social, adotada para reduzir a propagação da COVID-19. O material coletado leva em consideração as matérias em que o tema foi tratado de algum modo, resultando em 32 matérias no período. A seguir, no Quadro 1, uma apresentação geral das matérias a serem analisadas:

Quadro 1 - O tema feminicídio nas matérias da *Folha de São Paulo*

	Título	Autor	Data de Publicação	Editoria
1	Femicídio cresce no Brasil e explode em alguns estados	Ranier Bragon Camila Mattoso	22/02/2020	Mundo
2	8 de março	Editorial	08/03/2020	Opinião
3	Ser mulher no México é viver com medo e conviver com a impunidade	Cecilia Farfán Mendez	09/03/2020	Cotidiano
4	Educação para uma cultura de paz	Fátima Pelaes	18/02/2020	Opinião
5	Com isolamento, a questão da violência contra a mulher fica ainda mais grave	Djamila Ribeiro	27/03/2020	Opinião
6	Estamos dormindo com o inimigo	Vera Iaconelli	21/04/2020	Opinião
7	RJ tem alta de homicídios e queda de mortes por policiais em março	Júlia Barbon	25/04/2020	Cotidiano
8	Femicídio e aborto estão na 2ª	Cristina Padiglione	03/05/2020	Opinião

⁸ História da Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4> Acesso em 26 mar. 2021.

⁹ Maior jornal do Brasil, Folha consolida crescimento digital. Disponível em: <<https://www.anj.org.br/site/component/k2/midia-nacional/29753-maior-jornal-do-brasil-folha-consolida-crescimento-digital.html>> Acesso em 26 mar. 2021.

	temporada de “Unidade Básica”, série nacional sobre saúde			
9	Assassinatos de mulheres em casa dobram em SP durante quarentena por coronavírus	Daniel Mariani Diana Yukari Thiago Amâncio	15/04/2020	Cotidiano
10	Diário de confinamento: 'Em casa com o agressor' violência	Susana Bragatto	18/06/2020	Mundo
11	'Homens ganharam força física para proteger a mulher', diz Damares ao anunciar medidas contra	Raquel Lopes	24/06/2020	Cotidiano
12	As mulheres vão derrubar Bolsonaro	Patrícia Zaidan	01/07/2020	Opinião
13	Time do goleiro Bruno joga final no Acre contra equipe da polícia	Alex Sabino	11/09/2020	Esporte
14	Porta aberta para a impunidade	Frederico Vasconcelos	30/09/2020	Opinião
15	Policia 'digital influencer' é morta na Bahia; suspeita é de feminicídio	Não informado	06/10/2020	Cotidiano
16	PM morta na Bahia tinha medida protetiva contra ex-marido desde julho	João Pedro Pitombo	06/10/2020	Cotidiano
17	O feminicídio não sumirá tão cedo pois é vingança da estupidez masculina	Contardo Calligaris	21/10/2020	Opinião
18	Brasil parece muito mais um abatedouro de mulheres do que uma nação	Djamila Ribeiro	22/10/2020	Opinião
19	Mulheres negras têm 64% mais risco de serem assassinadas do que brancas	Thaiza Pauluze	19/11/2020	Cotidiano
20	Impactos silenciosos da Covid-19	Ilona Szabó de Carvalho	15/12/2020	Opinião
21	Juíza é assassinada pelo ex-marido na véspera de Natal no Rio	Diego Garcia	25/12/2020	Cotidiano
22	Laudo da polícia do Rio aponta que ex-marido deu 16 facadas para matar juíza	Júlia Barbon	26/12/2020	Cotidiano
23	Feminicídio	Lusmarina Campos Garcia	26/12/2020	Opinião
24	'Primeira Turma do STF contribui para gerar a impunidade dos feminicídios'	Frederico Vasconcelos	26/12/2020	Opinião
25	Violência contra a mulher atinge índices inaceitáveis. Peças virtuais seguem enfocando o tema	Lenise Pinheiro	27/12/2020	Opinião
25	Como eliminar o mito de que mulheres são culpadas pela violência que sofrem	Frederico Vasconcelos	27/12/2020	Opinião

27	Engenheiro é denunciado por homicídio quintuplicamente qualificado contra juíza	Não informado	30/12/2020	Cotidiano
28	Um ano de retrocesso nos Três Poderes	Frederico Vasconcelos	31/12/2020	Opinião
29	'Quem ama não mata'	Cristina Serra	01/01/2021	Opinião
30	As 'brincadeiras' do futebol que poderiam mudar em 2021	Renata Mendonça	04/01/2021	Opinião
31	Mulher é morta na zona sul de SP; pais e irmão são feridos	Não informado	03/01/2021	Cotidiano
32	Após sete anos de queda e em meio ao isolamento social, homicídios crescem em São Paulo em 2020	Frederico Vasconcelos	26/01/2021	Cotidiano

Fonte: Elaboração própria, 2021.

As matérias foram analisadas sob a ótica da Análise de discurso da mídia (MARTINS, 2018), a fim de investigar de que forma o discurso se articula nas notícias do jornal e interfere nas relações e práticas sociais, disseminando crenças/valores de forma velada ou explícita, sobre o tema feminicídio. As matérias encontradas foram categorizadas da seguinte forma:

1-Escolhas lexicais: a qual observa quais os substantivos utilizados para denominar os crimes de feminicídio nas matérias coletadas;

2- Quais vítimas de feminicídio ganham espaço na *Folha*?: categoria a qual busca observar as personagens visibilizadas e as silenciadas em casos de feminicídio.

1. Escolhas Lexicais: o uso – ou não – do termo Feminicídio

A primeira matéria aqui citada – intitulada “Feminicídio cresce no Brasil e explode em alguns estados” (22/02/2020) – traz um compilado inédito de dados sobre o número de mulheres mortas por violência doméstica ou por questões de gênero no Brasil, em 2019. Além de sua publicação original, a reportagem foi linkada pela *Folha* em diversas matérias seguintes. Contando o título, a palavra “feminicídio” é utilizada 11 vezes ao longo do texto. Sendo duas delas de forma nominal, ou seja, para denominar a Lei do Feminicídio e o estudo “Raio X do feminicídio”, utilizado como fonte de dados pela reportagem. Os principais termos utilizados para substituir a palavra feminicídio foram “assassinato” e “crime”.

Além desse estudo e de dados obtidos com os governos estaduais das 27 unidades da federação, a matéria tem como fonte a diretora-executiva do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Samira Bueno. A mesma fonte foi utilizada pela *Folha* em outras matérias sobre feminicídio e violência contra a mulher, sendo elas publicadas ao longo de 2020. Para além dos dados de feminicídio, a reportagem cita 7 vítimas, informando seus nomes e descrevendo, em parágrafos curtos, a forma como elas foram mortas. Essas sete vítimas foram mortas no Brasil na data de fechamento da reportagem e por isso ganharam destaque no texto. Ademais, considerando o período desta análise, o jornal só noticiou individualmente três casos de feminicídio, sendo eles: o assassinato da policial militar Rafaella Gonçalves, em outubro; da juíza Viviane Arronenzi, na véspera de Natal; e de uma vítima não identificada, assassinada no início de janeiro. Trataremos deles posteriormente.

Voltando às escolhas lexicais, mesmo que nesse primeiro produto citado, os jornalistas tenham se atentado para a importância de nomear o feminicídio como tal, isso não acontece em todo o material analisado. Em 15 das 32 matérias analisadas, a palavra “crime” é a principal substituta do termo “feminicídio”. Em alguns casos, essa primeira definição é até mais utilizada que o termo específico para designação desses delitos, o que é problemático quando consideramos que o feminicídio é um qualificador do crime de homicídio. Ele possui designação própria e foi regularizado pela justiça brasileira, justamente para demarcar os casos em que a vítima é morta por questões de gênero. As palavras “assassinato” e “homicídio” também são comumente utilizadas como sinônimos de feminicídio e apresentam a mesma problemática já discutida, uma vez que tratam de situações mais amplas em que as vítimas não foram mortas especificamente por uma questão de gênero.

Outro ponto curioso a ser observado é que, uma vez que o tema feminicídio é mais abordado em matérias de caráter opinativo e/ou interpretativo na *Folha*, alguns termos mais incisivos e não tão formais como a expressão “abate de mulheres”, por exemplo, são utilizados para se referir aos casos.

2. Quais as vítimas aparecem no discurso da *Folha*?

Como já foi dito, das 32 matérias recolhidas da *Folha de S. Paulo*, que abordam o tema feminicídio, apenas três tratam de casos individuais de feminicídio. A primeira delas foi publicada no dia 6 de outubro de 2020, com o título “Policial 'digital influencer' é morta na Bahia; suspeita é de feminicídio”. No mesmo dia, uma suíte do caso foi acrescentada no portal da *Folha*: “PM morta na Bahia tinha medida protetiva

contra ex-marido desde julho”. Como é possível perceber pelos títulos utilizados – o padrão também se repete nos textos –, a profissão da vítima e seu status como influenciadora é o principal destaque das notícias, que contam com informações sobre quantidade de seguidores e o tipo de conteúdo distribuído pela PM em suas redes sociais. Na suíte sobre o caso, além do acréscimo de informação sobre a medida protetiva, o texto e as informações foram repetidos da primeira matéria.

No caso da juíza assassinada pelo ex-marido na véspera de Natal, a reportagem – intitulada “Juíza é assassinada pelo ex-marido na véspera de Natal no Rio” – também enfatiza demasiadamente a profissão da vítima, tanto no texto quanto nas fontes ouvidas na matéria. Sem ouvir amigos ou familiares da vítima, a notícia tem como fontes pessoas ligadas ao judiciário, como o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), Felipe Gonçalves, e a presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Renata Gil. A suíte sobre o caso – “Laudo da polícia do Rio aponta que ex-marido deu 16 facadas para matar juíza” – repete o padrão apresentado na cobertura do caso de feminicídio da policial militar morta na Bahia. Além do acréscimo sobre o laudo da perícia, o texto e as informações são repetidas.

O terceiro caso é o que mais difere dos demais. Nele, a vítima não é identificada, apesar da reportagem ter ouvido familiares. Com o título “Mulher é morta na zona sul de SP; pais e irmão são feridos”, a matéria conta sobre o feminicídio cometido contra uma mulher de 26 anos, na zona sul de São Paulo.

Como dito por Thurler (2017) é importante observar se a cobertura midiática do tema feminicídio é marcada pela falta de um recorte de cor e classe social das vítimas. Essa falta fica evidente quando analisados os casos de feminicídio que ganham destaque na *Folha de S. Paulo*. No dia 19 de novembro de 2020, o jornal publicou uma matéria apontando que “Mulheres negras têm 64% mais risco de serem assassinadas do que brancas”. A reportagem é bem construída e traz uma personagem negra, vítima de violência doméstica, que conseguiu driblar as estatísticas do feminicídio, mas faz a ressalva de que, apenas por ser negra, essa mulher teria duas vezes mais chances de ser assassinada. Ainda assim, os casos de feminicídio noticiados individualmente pelo jornal são de mulheres brancas e de classe social mais elevada, não apresentando um recorte interseccional e, muito menos, dando visibilidade aos feminicídios que acontecem, em sua maioria, com mulheres negras e periféricas.

Algumas discussões podem ser levantadas a partir dessas observações. Como se sabe, o jornalismo vive da novidade, do inesperado, do fora do comum, da máxima de que se um cachorro morde um homem, tudo bem, nada novo, mas se homem morder o cachorro temos uma notícia. Seriam, então, as vítimas negras do feminicídio um padrão aceitável? Sem nada fora do comum que mereça ser noticiado?

Não dar um destaque individual ao feminicídio de mulheres negras e periféricas, que são a maior parte das vítimas de feminicídio, como apontado pela própria *Folha*, pode ser uma forma de silenciar essas vítimas e naturalizar suas mortes.

Observando de outro ponto de vista, considerando o público leitor do jornal, podemos partir do pressuposto de que a *Folha de S. Paulo* dá destaque aos casos de feminicídio cometidos contra mulheres brancas de classes mais elevadas, justamente, por esse ser seu público leitor, o que pode gerar um sentimento de identificação, e, portanto, empatia, maior. Apesar disso, mesmo nas ocasiões em que o feminicídio de mulheres brancas e de classe mais elevado foi noticiado, não passa despercebido o fato de que tais vítimas – citadas nas matérias analisadas – por exercerem profissões ligadas à segurança pública e ao magistrado, são quase que culpabilizadas por suas mortes.

No texto “Policial 'digital influencer' é morta na Bahia; suspeita é de feminicídio” (06/10/2020), por exemplo, a matéria destaca que a policial assassinada era conhecida por divulgar fotos com armas e vídeos em que treinava tiros, ou seja, mesmo que de forma subliminar, a matéria deixa no ar o fato de que a vítima tinha, em tese, condições de se defender. Por outro lado, ao dar visibilidade a essas informações, a notícia – que tem como bigode “Rafaella Gonçalves, 38, era conhecida por postar fotos com armas no Instagram” – ainda abre um espaço para descreditar a vítima enquanto pessoa. Em tempos tão conturbados e polarizados, esse tipo de enfoque pode dar a entender que a vítima “mereceu” o crime, porque postava fotos armada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o material veiculado no portal da *Folha de S. Paulo*, entre 22 de fevereiro de 2020 e 31 de janeiro de 2021, que aborda a temática Feminicídio, é possível traçar algumas considerações. É importante ressaltar que análises como essa são úteis para se pensar a forma como se faz jornalismo no Brasil – aqui representado por um veículo centenário e um dos mais consolidados da imprensa nacional – e de

que maneira esse jornalismo contribui para mudança ou continuidade de uma sociedade desigual, seja por questões de gênero, raça, classe ou outros.

Como é possível perceber, essas desigualdades, muitas vezes, podem chegar a custar uma vida. Mesmo durante a pandemia da Covid-19, que teoricamente afeta a todos, as mulheres têm que lidar também com aumento nas taxas de violência doméstica e feminicídio. Ainda, em anos anteriores, quando se observou uma queda nos dados gerais, a violência e o feminicídio de mulheres negras cresceu. A imprensa nacional pode estar contribuindo para a manutenção da realidade que é responsável por essas tantas violências, uma vez que o feminicídio cometido contra as mulheres negras não ganham o mesmo destaque nos noticiários.

Em editorial publicado no dia 8 de março de 2020, Dia Internacional da Mulher, com título e subtítulo “8 de março – Se há o que comemorar no Dia Internacional da Mulher, o avanço é lento diante de disparidades”, o veículo expõe que, apesar da igualdade de gênero já ser algo quase universal no que diz respeito às leis, ela ainda não está totalmente presente na sociedade, seja nas condições e oportunidades de trabalho, representatividade política e outras. Sobre o feminicídio, o texto cita que para além das desigualdades, as mulheres ainda têm de lidar com a constante ameaça à vida. Ao finalizar seu editorial, o jornal ressalta, como já foi dito no subtítulo do texto, que, apesar dos avanços, ainda existem muitas discrepâncias e injustiças na relação entre gêneros no país e no mundo.

No conteúdo analisado para a presente pesquisa é possível perceber que a cobertura do tema Feminicídio, pela *Folha de S. Paulo*, não tem como centralidade noticiar casos individuais. Essa cobertura é feita, principalmente, por meio de conteúdos opinativos, seja artigos ou colunas. Dos conteúdos informativos, além dos – raros – conteúdos sobre casos individuais, a maioria consiste em matérias que apresentam dados estatísticos sobre a violência e incluem os casos de violência contra a mulher e feminicídio.

Em sua cobertura de casos individuais de feminicídio, a *Folha de S. Paulo* foca em vítimas majoritariamente brancas e de alta classe social, cuja o maior fator de influência sobre o grau de noticiabilidade parece estar ligado à profissão das vítimas e sua suposta condição de maior segurança, enquanto juíza ou policial, por exemplo.

No que diz respeito à terminologia, a palavra “crime” é o principal termo adotado enquanto sinônimo de feminicídio. Não existe, necessariamente, um erro no

uso desta terminologia, no entanto, é importante ressaltar que o feminicídio é uma característica qualificadora do crime de homicídio, aplicada quando a motivação do crime é o gênero da vítima. Assim, usar o termo correto (femicídio) pode, inclusive, contribuir para a identificação do mesmo e seu reconhecimento em sociedade.

Sabemos que várias questões perpassam a produção jornalística, algumas delas tratam de escolhas conscientes e algumas fogem ao controle do veículo e dos próprios jornalistas. Durante o período analisado e em meio ao aumento da violência contra a mulher e dos casos de feminicídio, a *Folha de S. Paulo* publicou 32 conteúdos que abordam – de diferentes maneiras e em diferentes níveis – o tema feminicídio. Sendo assim, a média mensal de publicação desse tipo de conteúdo ficaria em cerca de 2,6 matérias ao mês. No entanto, observando a realidade, é possível perceber que o veículo, seja em reportagens ou em artigos de seus colunistas, sempre intensifica a abordagem sobre a violência contra a mulher e o feminicídio, após o acontecimento de casos emblemáticos, em datas simbólicas, votações importantes de órgãos legislativos ou outros. Ou seja, a cobertura do tema não pode ser considerada regular, ela ocorre ou esmorece em determinadas épocas – mesmo que os casos continuem sendo registrados diariamente – e se expande frente a algumas datas específicas, como o Dia Internacional da Mulher, ou a casos de maior repercussão.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Lúcia. **O Segundo Eleitorado**: tendências do voto feminino no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2. ed., 1989.

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**, 2016, p. 12-20.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 4. ed., 1970.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M.A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 29-52.

CARLÓN, Mario. Apropiación contemporánea de la teoría comunicacional de Eliseo Verón. In: VIZER, E; VIDALES, C. (Coords). **Comunicación, campo(s) teorías y problemas – Una perspectiva Internacional**, Editorial Comunicación Social, p. 125-153, 2016.

CHOMSKY, Noam. **MÍDIA**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 4. ed., 1988.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Ed: Vozes, 2000. P. 103-133.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 3, p.53-91, jan./jun., 2012.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 7 ed., 2020.

MARTINS, A. R. N. Análise de discurso da mídia. *In*: BATISTA JR.; J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica** – Para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 1. ed., 2018. p. 158-183.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 1 ed., 2014.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 27-33, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

THURLER, Ana Liési. Femicídios na mídia e desumanização das mulheres. **Revista Observatório**, Palmas, Vol.6, n.6, p. 465-496, out-dez 2017.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo**. Questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Editora Vega, 1993, p. 167-176.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR.; J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica** – Para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 1. ed., 2018. p. 48-77.